NOTA TÉCNICA¹

Memorando-Circular nº 13/DIRSAT/INSS de 26/10/2017 - Burocratização na Administração Pública

A Diretoria de Saúde do Trabalhador - DIRSAT, publicou **de forma unilateral**, sem consulta interna as suas divisões e coordenadorias, o Memorando-Circular nº 13/DIRSAT/INSS de 26/10/2017, que **estabelece a necessidade de autorização de participação de servidores subordinados à linha hierárquica da DIRSAT em palestras, reuniões, seminários, entrevistas e correlatos**, conforme abaixo:

6. Portanto, as solicitações referentes a essas participações devem ser feitas pelos SST às DIVSAT, que encaminharão a demanda à DIRSAT, para avaliação e anuência, se for o caso.

O referido memorando possui equívocos em especial ao que tange as atividades do Serviço Social que estão previstas no Art.88 da Lei n. 8.213, de 24/07/1991:

Art. 88. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, **tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.**

Nessa esteira, o memorando possui hierarquia **normativa inferior** e contraria, também, a Instrução Normativa nº 77, que passamos a destacar:

“Art. 407. O Serviço Social do INSS é um serviço previdenciário que proporciona o acesso ao reconhecimento dos direito aos cidadãos. As ações profissionais do Serviço

¹ Ailton Marques de Vasconcelos; Viviane Aparecida Pereira Peres, Poliana Flávia Silvestre de Campos

Social do INSS fundamentam-se no art. 88 da Lei nº 8.213, de 1991, e no art. 161 do Regime Geral de Previdência Social - RPS, na Matriz Teórico - Metodológica do Serviço Social da Previdência Social publicada em 1994, e objetivam esclarecer ao usuário os seus direitos sociais e os meios de exercê-los, estabelecendo, de forma conjunta, o processo de superação das questões previdenciárias, tanto no âmbito interno quanto no da dinâmica da sociedade.

§ 1º As ações do Serviço Social no INSS são realizadas pelos Assistentes Sociais e desenvolvidas em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos adotados pela instituição.

§ 2º A atuação destes profissionais visa colaborar na articulação da política previdenciária com as outras políticas sociais e proporcionar acesso qualificado da população às informações previdenciárias e assistenciais.

Art. 408. **O Serviço Social executará ações profissionais em conjunto com outras áreas do INSS, com organizações da sociedade civil que favoreçam o acesso da população aos benefícios e aos serviços do RGPS, e com organizações que favoreçam a participação do usuário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária e de assistência social,** com base nas demandas locais e nas diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Saúde do Trabalhador.

Art. 409. Os recursos técnicos utilizados pelo Assistente Social são, entre outros, o parecer social, a pesquisa social, o estudo exploratório dos recursos sociais, a avaliação social da pessoa com deficiência aos requerentes do Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS, estabelecida pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e a avaliação social da pessoa com deficiência em cumprimento ao disciplinado na LC nº 142, de 2013.

§ 2º A pesquisa social constitui-se recurso técnico fundamental para a realimentação do saber e do fazer profissional, voltado para a busca do conhecimento crítico e interpretativo da realidade, favorecendo a identificação e a melhor caracterização das demandas do INSS e do perfil socioeconômico-cultural dos beneficiários como recursos para a qualificação dos serviços prestados, o que propiciará:

I - o conhecimento da realidade social na qual se inserem os usuários da política de seguridade social, considerando o seu contexto político, cultural e socioeconômico, em sua relação com a Previdência Social;

II - a elaboração de planos, programas e projetos vinculados com a proposta teórico-metodológica que embasa as ações do Serviço Social;

III - a produção e divulgação de novos conhecimentos que possam contribuir para a ampliação da proteção social e melhoria dos serviços prestados.

§ 3º O Estudo Exploratório dos Recursos Sociais constitui instrumento que facilita a necessária articulação da política previdenciária com a rede socioassistencial para o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social e atendimento aos usuários da Previdência Social.

§ 5º Para assegurar o efetivo atendimento aos beneficiários poderão ser utilizados mecanismos de intervenção técnica, ajuda material, articulação com a rede socioassistencial, intercâmbio com empresas, instituições públicas e entidades da sociedade civil, inclusive, mediante celebração de convênios, acordos ou termos de cooperação técnica, conforme regulamentos do INSS.

§ 6º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e fortalecimento da

Seguridade Social, especialmente no que tange à política previdenciária e da assistência social, **e com as outras áreas do INSS, entidades governamentais e organizações da sociedade civil.**

§ 7º O **Serviço Social prestará assessoramento técnico aos Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração de suas respectivas propostas de trabalho relacionadas com a Previdência Social, bem como compor comitês intersetoriais de políticas sociais.**” (Instrução Normativa nº 77 /PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015, p. 191-193)

Conforme pode se observar existem diversas atividades do Serviço Social do INSS previstas na IN 77, que dispensam essa exigência de autorização previa definida no memorando em questão, além do que, conforme o artigo 88 da Lei 8213 é competência do Serviço Social prestar orientações à população tanto no âmbito interno da instituição como no âmbito externo, na dinâmica da sociedade. Ressaltamos que as exigências desse memorando **centralizam, dificultam e burocratizam de** sobremaneira as atividades desse serviço definidas e respaldadas por lei e inviabiliza a prestação do serviço. Ademais, contraria a direção dada pelo decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que busca desburocratização do serviço público conforme o “*art. 1º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos: (...) IV - racionalização de métodos e procedimentos de controle;*”.

Frisamos ainda que todas as atividades externas que os/as Assistentes Sociais desenvolvem **sempre foram comunicadas e referendadas por suas chefias imediatas e responsáveis técnicos**, não havendo necessidade de estender essa solicitação de autorização para a administração central (DIRSAT) que tem outras atribuições. O referido memorando passa inclusive por cima da autoridade dos gestores locais.

Ademais as definições acima estão relacionadas no MANUAL TÉCNICO DO SERVIÇO SOCIAL, atualizado pelo Despacho Decisório nº 350 DIRSAT/INSS, de 30/08/2017, destacando o que segue:

A realização de assessoria e consultoria técnica é competência do assistente social e, quando se tratar de matéria específica do Serviço Social, caracteriza-se como atribuição privativa da profissão, conforme definido na Lei nº8.662/93.

(...)

2.1. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

a) Realizar, em conjunto com a equipe da instituição e/ou dos movimentos sociais a que se presta assessoria/consultoria, o estudo da realidade e discussão das demandas e necessidades prioritárias;

b) Sistematizar a proposta de assessoria/consultoria por meio da formalização de projeto de intervenção e/ou celebração de parcerias, acordos/convênios de cooperação técnica;

c) Criação de fóruns de debates, palestras, seminários, encontros, entre outros espaços de construção coletiva, favorecendo o acompanhamento contínuo e sistemático dos grupos assessorados;

d) Avaliar e registrar todo o processo de assessoria/consultoria, tendo em vista a elaboração de parâmetros para a intervenção profissional em situações similares e a discussão das ações com os grupos assessorados;

e) Avaliar em conjunto com os grupos assessorados o impacto das ações desenvolvidas e o alcance dos objetivos propostos. (MANUAL TÉCNICO DO SERVIÇO SOCIAL, p. 14-16)

Nesses termos o referido memorando é nulo, pois atividade privativa do profissional Assistente Social não pode ser definida por profissional que não seja Assistente Social, pois se constitui violação de atribuição profissional privativa.

Imperativo destacar que atividades técnicas de supervisão e planejamento de natureza do Serviço Social são de competência técnica da Responsável Técnico do Serviço Social – RT disciplinada no Decreto nº 5.810, de 19 de junho de 2006, que é lotado na Gerência Executiva – GEX, e dessa forma fica mais uma vez evidente a extrema burocratização do serviço, e nessa linha importante destacar a produção do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública:

A partir dos anos 30, com o objetivo de proteger o Estado do sistema patrimonialista até então vigente no País, iniciou-se a implantação de uma burocracia profissional, cujos princípios organizadores eram a centralização e a padronização. A partir daí, a busca pela “desburocratização”, ou seja, pela eliminação do excesso de ritualismos e formalidades nunca mais cessou. (...) A desburocratização, entretanto, não se constitui apenas em uma proposição técnica e sim, antes de qualquer coisa, numa postura essencialmente política, visto que altera a própria estrutura de poder. Se pretendemos facilitar a vida dos cidadãos e reduzir a excessiva interferência do Estado no campo social e econômico é vital descentralizar decisões, conter o exagero regulatório, eliminar exigências desnecessárias e romper com paradigmas coloniais, em que toda a sociedade é vista como lesiva ao Estado e, com isso, são impostas a cada dia novas exigências, assinaturas, carimbos, atestados.(Desburocratização, p.6, 2007)²

E Portando sinaliza:

A mudança comportamental da administração pública é urgente para a obtenção de um relacionamento mais equilibrado entre os cidadãos e o Estado. As ações administrativas do Estado devem estar, de fato, a serviço dos cidadãos, assegurando-se qualidade e eliminando-se excessos burocráticos que comprometem a agilidade dos serviços prestados à sociedade. A gestão pública deve ser capaz de tornar-se efetiva, ética,

² http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/caderno_03_desburocratizacao_2007.pdf

participativa, descentralizada, transparente, com controle social e orientada para o cidadão. (Desburocratização, p.7, 2007)

Importante destacar que o memorando contraria o princípio da eficiência conforme o art. 37 da Constituição Federal de 1998, “*A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*”.

A extrema burocratização nos serviços públicos é também uma percepção dos servidores públicos, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que apontou que 40%³ dos entrevistados avaliam como entraves na Administração Pública a lentidão nos "trâmites de documentos e processos" e "Fluxo decisório".

CONCLUSÃO:

1. Diante dos elementos apresentados, a fim de, garantir o acesso da população às políticas públicas bem como os princípios da eficiência e da desburocratização é devido a revogação do referido memorando;
2. Avaliar a necessidade da publicação de Resolução, conforme o decreto no 9.104, de 24 de julho de 2017 e o decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, estabelecendo normativa ao que tange a participação se servidores do INSS em palestras, reuniões, seminários, entrevistas e correlatos, a fim de, desburocratizar os processos de gestão;

³ Fonte: Nota Técnica 20 "Projeto Agiliza: Pesquisa de Percepção do Eixo "Burocracia"", 2016 (http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160708_nt_20_diest_projeto_agiliza_pesquisa_percepcao_eixo_burocracia.pdf).